



rede
e-Tec
Brasil

Sociologia do Trabalho

Luciano dos Santos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS
Campus Inhumas

Inhumas - GO
2012

Presidência da República Federativa do Brasil

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

© Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Este Caderno foi elaborado em parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG-Inhumas e a Universidade Federal de Santa Maria para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – Rede e-Tec Brasil.

Equipe de Elaboração – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG-Inhumas

Reitor

Paulo César Pereira/IFG-Inhumas

Diretor Geral

Cleiton José da Silva/IFG-Inhumas

Coordenador Institucional

Daniel Aldo Soares/IFG-Inhumas

Professor-autor

Luciano dos Santos/IFG-Inhumas

Equipe Técnica

Renata Luiza da Costa/IFG-Inhumas
Rodrigo Cândido Borges/IFG-Inhumas
Shirley Carmem da Silva/IFG-Inhumas
Viviane Margarida Gomes/IFG-Inhumas

**Comissão de Acompanhamento e Validação
Colégio Técnico Industrial de Santa Maria/CTISM**

Coordenador Institucional

Paulo Roberto Colusso/CTISM

Coordenação Instrucional

Leila Maria Araújo Santos/CTISM

Coordenação Técnica

Iza Neuza Teixeira Bohrer/CTISM

Coordenação de Design

Erika Goellner/CTISM

Revisão Pedagógica

Andressa Rosemárie de Menezes Costa/CTISM
Francine Netto Martins Tadielo/CTISM
Marcia Migliore Freo/CTISM
Mônica Paliarini/CTISM

Revisão Textual

Daiane Siveris/CTISM
Lourdes Maria Grotto de Moura/CTISM
Vera Maria Oliveira/CTISM

Revisão Técnica

Marcia Migliore Freo/CTISM

Diagramação / Ilustração

Clarissa Felkl Prevedello/CTISM
Leandro Felipe Aguiar Freitas/CTISM
Marcel Jacques/CTISM
Rafael Cavalli Viapiana/CTISM

Ficha catalográfica elaborada por Maria Aparecida Rodrigues de Souza,
CRB-1/1497, e Riquelma de Sousa de Jesus, CRB-1/2349,
bibliotecárias – IFG - Campus Inhumas

S237s

Santos, Luciano dos
Sociologia do trabalho/ Luciano dos Santos. -- Inhumas: IFG;
Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012
76p. : Il. ; 21
Bibliografia.

Caderno foi elaborado em parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG-Inhumas e a Universidade Federal de Santa Maria para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil.

1. Sociologia do Trabalho. 2. Agroindústria sucroalcooleira.
I. Título.

CDD 306.36

Apresentação e-Tec Brasil

Prezado estudante,

Bem-vindo ao e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional pública de ensino, a Escola Técnica Aberta do Brasil, instituída pelo Decreto nº 6.301, de 12 de dezembro 2007, com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino técnico público, na modalidade a distância. O programa é resultado de uma parceria entre o Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação a Distância (SEED) e de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), as universidades e escolas técnicas estaduais e federais.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes dos grandes centros geograficamente ou economicamente.

O e-Tec Brasil leva os cursos técnicos a locais distantes das instituições de ensino e para a periferia das grandes cidades, incentivando os jovens a concluir o ensino médio. Os cursos são ofertados pelas instituições públicas de ensino, e o atendimento ao estudante é realizado em escolas-polo integrantes das redes públicas municipais e estaduais.

O Ministério da Educação, as instituições públicas de ensino técnico, seus servidores técnicos e professores acreditam que uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e educação técnica, – é capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Janeiro de 2010

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou “curiosidades” e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: sempre que se desejar que os estudantes desenvolvam atividades empregando diferentes mídias: vídeos, filmes, jornais, ambiente AVEA e outras.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Sumário

| | |
|---|-----------|
| Palavra do professor-autor | 9 |
| Apresentação da disciplina | 11 |
| Projeto instrucional | 13 |
| Aula 1 – Da Sociologia a Sociologia do Trabalho: definições básicas | 15 |
| 1.1 Visão panorâmica..... | 15 |
| 1.2 A Sociologia do Trabalho..... | 15 |
| 1.3 Nascimento e desenvolvimento da Sociologia..... | 16 |
| 1.4 Os clássicos do pensamento sociológico..... | 17 |
| Aula 2 – O que é o trabalho? Essência humana ou mercadoria? | 21 |
| 2.1 Apresentação do conteúdo..... | 21 |
| 2.2 O trabalho como fator negativo..... | 21 |
| 2.3 O trabalho como elemento essencial da humanidade..... | 24 |
| 2.4 A diferença entre trabalho e emprego..... | 24 |
| Aula 3 – História do trabalho e dos sistemas de produção | 27 |
| 3.1 Trabalho e sistemas produtivos: uma pequena apresentação..... | 27 |
| 3.2 O Sistema primitivo de produção..... | 27 |
| 3.3 O Sistema escravista de produção..... | 28 |
| 3.4 O Sistema feudal ou de servidão..... | 29 |
| 3.5 O Sistema capitalista de produção..... | 31 |
| 3.6 O Sistema de produção comunista..... | 32 |
| Aula 4 – As metamorfoses no mundo do trabalho: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo | 35 |
| 4.1 Taylorismo: a administração científica..... | 35 |
| 4.2 Fordismo: a produção em massa e máxima alienação..... | 36 |
| 4.3 Exploração e controle sobre os trabalhadores..... | 37 |
| 4.4 Toyotismo e a flexibilização do trabalho: exploração da subjetividade do trabalhador..... | 38 |
| 4.5 O discurso da qualidade total..... | 40 |

| | |
|---|-----------|
| Aula 5 – História do trabalho e do sistema de produção canavieiro no Brasil | 43 |
| 5.1 A cana-de-açúcar no Brasil: visão panorâmica..... | 43 |
| 5.2 A implantação da agroindústria canavieira como solução para a colonização do Brasil..... | 44 |
| 5.3 Doce e amargo açúcar: a agroindústria canavieira e a escravidão negra..... | 46 |
| 5.4 O fim do ciclo do açúcar, mas não da agroindústria canavieira..... | 48 |
| Aula 6 – A era do capital: a agroindústria sucroalcooleira no contexto da modernização produtiva | 51 |
| 6.1 A agroindústria sucroalcooleira..... | 51 |
| 6.2 Modernização conservadora: a Revolução Verde..... | 52 |
| 6.3 A concentração fundiária e de renda na agroindústria sucroalcooleira..... | 54 |
| 6.4 A modernização da agroindústria canavieira..... | 55 |
| Aula 7 – As relações de trabalho e as questões ambientais na agroindústria canavieira | 59 |
| 7.1 Apresentação: trabalho e meio-ambiente..... | 59 |
| 7.2 O capital e a desumanização do trabalho..... | 59 |
| 7.3 As relações de trabalho no setor sucroalcooleiro: da precariedade à flexibilização..... | 62 |
| 7.4 O impacto ambiental da produção sucroalcooleira..... | 66 |
| Referências | 69 |
| Currículo do professor-autor | 71 |

Palavra do professor-autor

Na atual perspectiva de formação para o trabalho percebe-se que muito mais do que apenas formar “apertador de parafusos”, deve-se antes formar o trabalhador-cidadão. Deve-se ofertar conhecimentos técnicos que possibilitem o trabalhador desempenhar sua atividade com competência, mas também oferecer conhecimentos que levem a formação de um trabalhador consciente de sua atuação no mundo e na sociedade, para poder desempenhar uma cidadania ativa e comprometida com o bem social. É neste sentido que devemos pensar a proposição deste material de Sociologia do Trabalho e da Produção.

Assim, caro estudante, o conhecimento ora apresentado tem por objetivo levá-lo a compreender e melhor se posicionar no debate que vem sendo construído sobre os sistemas produtivos e o mundo do trabalho desde o surgimento da Sociologia até as últimas décadas.

Este material não tem a pretensão de esgotar a temática, mas com a concomitante utilização das indicações de vídeos, leituras e demais atividades, ele cumprirá sua função de material introdutório, dando condições não só de você compreender como sua futura atividade empregatícia de Técnico em Açúcar e Alcool se insere neste novo universo, também de iniciar sua formação de cidadão-trabalhador crítico-reflexivo.

Para melhor aproveitar o material, insistimos que não deixe de ler os textos complementares indicados, bem como de interagir com os vídeos e filmes indicados. Bons estudos!

Luciano dos Santos / IFG-Inhumas



Apresentação da disciplina

A reestruturação produtiva gerada no capitalismo contemporâneo vem provocando grandes modificações no mundo do trabalho, criando a precarização das relações de trabalho e a flexibilização dos modelos de produção.

Essas transformações não estão limitadas apenas aos países de capitalismo avançado ou aos parques industriais com maior avanço tecnológico. Desde a década de 1990, elas se fazem presentes de forma mais bem elaboradas nas mais variadas atividades produtivas do Brasil, quer sejam elas fabris ou rurais. E não seria diferente naquela que é a mais velha atividade agroindustrial do Brasil, o setor de cana-de-açúcar.

No intuito de oferecer uma melhor compreensão desses acontecimentos que assolam o mundo do trabalho e da produção, buscamos dividir o estudo em 7 aulas. A primeira busca apresentar de forma panorâmica o que é a Sociologia e a Sociologia do Trabalho e da Produção, destacando as principais contribuições de pensadores clássicos. A segunda aula busca responder uma questão fundamental, o que é o trabalho e em que se diferencia do emprego. Na terceira vamos ver a história do trabalho e dos sistemas produtivos. Já a quarta aula, aprofundará um pouco mais os estudos dos modelos de produção fabril (Fordismo-Taylorismo e Toyotismo), criados no século XX e que ainda estão em nossa sociedade. Na quinta aula, estudaremos a história do trabalho e da produção da agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil do período colonial até o século XX. A modernização produtiva do setor sucroalcooleiro será o tema da sexta aula. E, por fim, na sétima aula, ofereceremos uma análise um pouco mais detida nas relações de trabalho no setor sucroalcooleiro e uma breve apresentação dos impactos ambientais que tal atividade ocasiona.

Agora que já sabemos o quão complexo é a nossa tarefa, convido você, caro aluno, para juntos superarmos este desafio.



Projeto instrucional

Disciplina: Sociologia do Trabalho (carga horária: 60h)

Ementa: História e teoria do trabalho e dos sistemas de produção mundial. História do trabalho e dos sistemas de produção canavieira brasileira. A relação capital/trabalho. A reestruturação produtiva. As relações de trabalho no campo e na indústria sucroalcooleira. A sociedade capitalista. Mercadoria e trabalho como fundamento da produção capitalista.

| AULA | OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM | MATERIAIS | CARGA HORÁRIA (horas) |
|---|--|--|-----------------------|
| 1. Da Sociologia a Sociologia do Trabalho: definições básicas | Apresentar ao aluno o surgimento e o desenvolvimento da Sociologia. Proporcionar ao aluno condições de identificar o que é Sociologia do Trabalho. Oportunizar ao aluno condições para compreender as contribuições de Durkheim, Weber e Marx para a Sociologia. | Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i> ; Apostila didática; Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila. | 5 |
| 2. O que é o trabalho? Essência humana ou mercadoria? | Proporcionar ao aluno condições de identificar o conceito de trabalho e sua história. Oferecer condições ao aluno para compreender o trabalho como parte constitutiva da própria humanidade. Criar condições que levem o aluno a perceber a diferença entre trabalho e emprego. | Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i> ; Apostila didática; Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila; Vídeo conferência. | 5 |
| 3. História do trabalho e dos sistemas de produção | Apresentar a história do trabalho, destacando o trabalho na sociedade capitalista. Demonstrar a relação dos sistemas produtivos com o trabalho, destacando o sistema produtivo capitalista. | Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i> ; Apostila didática; Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila. | 7 |
| 4. As metamorfoses no mundo do trabalho: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo | Identificar os traços básicos do Taylorismo/Fordismo. Perceber como se dava a exploração dos trabalhadores nesses modelos de produção fabril. Conhecer os aspectos básicos do Toyotismo e sua dinâmica na reestruturação produtiva. Compreender as noções de precarização, flexibilização do trabalho e de desemprego estrutural. | Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i> ; Apostila didática; Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila; Vídeo conferência; Filme <i>Tempos Modernos</i> ; Música do 3º do Plural do grupo Engenheiros do Hawaii. | 10 |

| AULA | OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM | MATERIAIS | CARGA HORÁRIA (horas) |
|--|--|---|-----------------------|
| 5. História do trabalho e do sistema de produção canavieira no Brasil | <p>Identificar a origem da atividade agroindustrial açucareira no Brasil e os fatores que permitiram sua instalação.</p> <p>Estabelecer a relação da agroindústria canavieira com o trabalho escravo.</p> | <p>Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i>;</p> <p>Apostila didática;</p> <p>Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila.</p> | 8 |
| 6. A era do capital: a agroindústria sucroalcooleira no contexto da modernização produtiva | <p>Identificar os fatores que levaram à modernização do setor sucroalcooleiro no Brasil.</p> <p>Entender a relação entre modernização conservadora, revolução verde e agroindústria sucroalcooleira.</p> <p>Perceber a relação entre produção de alimentos, fome e modernização produtiva imposta pela hegemonia do capital.</p> | <p>Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i>;</p> <p>Apostila didática;</p> <p>Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila.</p> | 10 |
| 7. As relações de trabalho e as questões ambientais na agroindústria canavieira | <p>Compreender as relações de trabalho do setor agroindustrial canavieiro como elemento da relação capital/trabalho.</p> <p>Identificar os traços básicos da precarização e flexibilização das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro.</p> <p>Perceber como a dinâmica do capital na expansão sucroalcooleira impacta o ambiente.</p> | <p>Ambiente virtual: plataforma <i>moodle</i>;</p> <p>Apostila didática;</p> <p>Recursos de apoio: links de leitura complementar indicados na apostila.</p> | 10 |

Aula 1 – Da Sociologia a Sociologia do Trabalho: definições básicas

Objetivos

Apresentar ao aluno o surgimento e o desenvolvimento da Sociologia.

Proporcionar ao aluno condições de identificar o que é Sociologia do Trabalho.

Oportunizar ao aluno condições para compreender as contribuições de Durkheim, Weber e Marx para a Sociologia.

1.1 Visão panorâmica

Caro estudante, nesta aula veremos, de modo panorâmico, o surgimento e o desenvolvimento da ciência que leva o nome de Sociologia e, sobretudo, o que se define por Sociologia do Trabalho e da Produção. Buscaremos também conhecer e identificar as principais linhas de investigação e contribuições dos pensadores clássicos desta área do conhecimento.

Algumas ideias e conceitos não serão de fácil compreensão, mas com esforço você será capaz de compreender. Não deixe de ler os textos e assistir aos vídeos indicados nas laterais, pois eles lhe ajudarão a compreender o conteúdo.

1.2 A Sociologia do Trabalho

De modo sintético e para os fins que aqui se fazem necessários, podemos dizer que a Sociologia do Trabalho e da Produção é um ramo da Sociologia Geral que procura estudar os fenômenos sociais relacionados ao mundo do trabalho, isto é, os sujeitos (os trabalhadores) nos ambientes de trabalho (fábricas, sindicatos estruturados, etc) e as relações macro-estruturais (sistemas produtivos, relações sociais de trabalho, desemprego estrutural, políticas de governo, etc) que estejam relacionados direta ou indiretamente ao mundo do trabalho e da produção.



Para compreender melhor a aula não deixe de assistir ao vídeo O que é Sociologia. Basta acessar: <http://www.youtube.com/watch?v=4tldrjza0qq&feature=related>.

1.3 Nascimento e desenvolvimento da Sociologia

Para melhor compreendermos a Sociologia do Trabalho é importante conhecermos um pouco a própria ciência de que este ramo faz parte, ou seja, é bom compreender, mesmo que de forma panorâmica, o nascimento e o desenvolvimento da Sociologia.

Esta ciência do social, como várias outras ciências, nasceu em meados do século XIX e se consolidou no início do século XX. Foram vários os fatores que contribuíram para este nascimento, mas podemos dizer que, de um modo ou de outro, todos foram suscitados pela modernidade européia.

Do século XVII ao XIX, a Europa foi palco de acontecimentos que provocaram um processo de grande racionalização do mundo. Um desses acontecimentos foi a **Revolução Científica** iniciada por Galileu, Kepler e Copérnico e consolidada por Newton, que levou o conhecimento científico a uma condição de prestígio e legitimidade jamais alcançados. Todo o conhecimento que desejasse ter validade teria que seguir este novo paradigma. Outro elemento importante da modernidade foi o movimento Iluminista. O **Iluminismo**, com Kant, Voltaire, Diderot, Rousseau, entre outros filósofos, provocou uma crescente racionalização da vida humana. Para esses pensadores, o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas, o misticismo e a tirania dos soberanos, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem, a concretização da felicidade e do progresso.

Além disso, não podemos nos esquecer das Revoluções Industrial e Francesa. Ambas provocaram mudanças tão profundas na sociedade, que a explicação para tais acontecimentos se tornou quase que imperiosas. A Revolução Industrial, por exemplo, representou a consolidação do capitalismo, com: a destruição de costumes e instituições, a crescente automação da produção, o aumento dos problemas de saúde, dos ambientes urbanos insalubres, dos suicídios, da prostituição e da violência e a formação do proletariado, etc. A Revolução Francesa, por outro lado, colocava os ideais de liberdade, democracia, igualdade e fraternidade que fizeram paulatinamente desmoronarem as monarquias absolutistas na Europa. Foi nesse contexto histórico que nasceu a ciência que se colocava a tarefa de analisar os fatos sociais: a Sociologia.

Caro estudante em sua cidade você consegue perceber alguma mudança provocada pelo advento da modernidade (chegada de empresas, dos meios de comunicação...)?

A-Z

Revolução Científica

período compreendido entre os séculos XVI e XVII, na Europa, em que houveram grandes descobertas científicas que alteraram a forma de compreender o mundo.

Iluminismo

movimento filosófico do século XVIII que criticava os valores do antigo regime e estabelecia a razão elemento supremo da ação humana.



Saiba mais sobre a Revolução Científica acesse o site: http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=238



1.4 Os clássicos do pensamento sociológico

No século XIX, nesse cenário de grandes transformações científicas e tecnológicas, de racionalização da vida humana e de prestígio das ciências naturais, se constituiu o estudo científico da sociedade que logo seria chamado de Sociologia. Um dos primeiros a desenvolver esta ciência foi Auguste Comte (Figura 1.1), tido como “pai da Sociologia”.



Figura 1.1: Auguste Comte (1798-1857)

Fonte: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap3p6/positivista.htm>

1.4.1 Émile Durkheim

Foi com Émile Durkheim (Figura 1.2) que a análise da sociedade passou de fato a ser científica, foi ele o sistematizador da Sociologia. Para esse pensador o objeto de estudo da Sociologia são os **fatos sociais**.

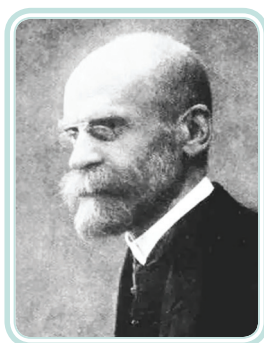


Figura 1.2: Émile Durkheim (1858-1917)

Fonte: <http://teoriasociologica.wordpress.com/biografias>

Os fatos sociais seriam as regras e normas impostas pela sociedade como, as leis, os costumes, a moral e outros. Durkheim acreditava que é a sociedade, na forma de um todo coletivo que cria e organiza as formas de conduta das ações individuais. Essas regras limitavam a ação dos indivíduos e estabeleciam punições para quem desobedecesse aos limites sociais.



Auguste Comte: fundador da Física Social ou Sociologia. Deu o nome e estabeleceu a nova disciplina em uma forma sistemática, o positivismo. <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/enc/cap3p6/positivista.htm>



Émile Durkheim: criador do método sociológico e primeiro professor universitário de Sociologia. Durkheim definiu a Sociologia como “Ciência das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento”. <http://teoriasociologica.wordpress.com/biografias/>



Para saber mais leia o pequeno livro *Um Toque de Clássicos. Durkheim, Marx e Weber* da autora Tânia Quintaneiro e outras, publicado pela editora da UFMG.

Para Durkheim, o método da Sociologia consistia em um conjunto de regras que todo pesquisador da área deveria seguir para realizar de maneira correta suas pesquisas. O principal elemento desse método é a posição de neutralidade e objetividade que o pesquisador deve ter em relação à sociedade, ou seja, ele deve buscar descrever a realidade social com neutralidade, sem cair em preconceitos e sem deixar que suas ideias e opiniões interfiram na observação dos fatos sociais.



Max Weber: criador da sociologia compreensiva.
<http://teoriasociologica.wordpress.com/biografias/>



Assista ao vídeo sobre Max Weber. Acesse:
<http://www.youtube.com/watch?v=omekOp57IP0&feature=related>

1.4.2 Max Weber

Outro pensador que contribuiu para a afirmação da Sociologia foi o alemão Max Weber (Figura 1.3). Entre suas várias contribuições para a sistematização das ciências sociais podemos destacar a teoria dos **tipos da ação social**. Estes são conceitos que explicam a realidade social, mas não é a própria realidade. O primeiro desses conceitos é o de **ação tradicional**, que representa todas as ações determinadas por um costume ou um hábito; o segundo, a **ação afetiva**, são todas as ações determinadas por afetos ou estados sentimentais; o terceiro, **ação racional com relação a valores**, explica as ações condicionadas pela crença consciente em um valor tido como importante; o quarto, a **ação racional com relação a fins**, seria o conceito que explica as ações efetivamente determinadas pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários.

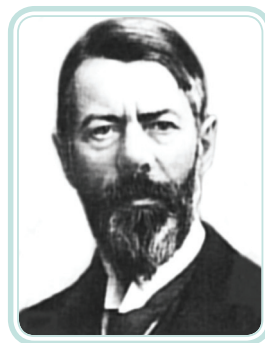


Figura 1.3: Max Weber (1864-1920)

Fonte: <http://teoriasociologica.wordpress.com/biografias>

Diferentemente de Durkheim, para Weber as normas e regras sociais são o resultado do conjunto de ações individuais. Na sua concepção o método deve enfatizar o papel ativo do pesquisador em face da sociedade.

1.4.3 Karl Marx

No que se refere à Sociologia do Trabalho e da Produção, os trabalhos mais contributivos foram feitos por Karl Marx (Figura 1.4). A obra crítica de Marx, especialmente a análise que faz da sociedade capitalista, causou (esta palavra

se refere a obra de Marx) tamanho impacto nos meios intelectuais que, para alguns teóricos, grande parte da Sociologia ocidental tem sido uma tentativa de corroborar ou de negar as questões por ele elaboradas.

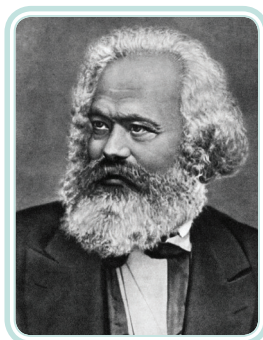


Figura 1.4: Karl Marx (1818-1883)

Fonte: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/seculoxix/marx/index.html>

O método criado por Marx denomina-se **materialismo histórico-dialético**. De acordo com esta concepção, as relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. Assim, as relações econômicas e, particularmente as forças produtivas a elas subjacentes, são a base (ou a “infraestrutura”) de sua existência. Na medida em que essas relações econômicas se modificam, também se modifica a consciência, a “superestrutura ideológica”. Da superestrutura fazem parte o Estado, a política, as leis, as ideias, a moral, a arte, a religião e tudo o que não faz parte da base econômico-social.

Para Marx, a mudança da base econômica, isto é, da infraestrutura, ocorre de modo dialético, mais precisamente, no conflito de classes. Por isso, para Marx, a história é principalmente a história das lutas de classes.

Na verdade Marx criou um sistema explicativo em grande estilo: forças produtivas, **mais-valia**, modo de produção, força de trabalho, meios de produção que melhor estudaremos nas próximas aulas, pois estes são essenciais para a temática do mundo do trabalho.

Resumo

No decorrer de nossos estudos nessa primeira aula percebemos que o desenvolvimento das Ciências Sociais, especificamente da Sociologia do Trabalho, deu-se em um contexto de grande desenvolvimento científico e industrial. Foi a partir do século XIX com a consolidação dos ideais de racionalidade trazidos pelas ciências naturais e pelas consequências políticas e econômicas trazidas



Karl Marx: fundador do Socialismo Científico, sua obra influenciou trabalhos nas áreas de Filosofia, Sociologia, Economia, História entre outras. <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/seculoxix/marx/index.html>

A-Z

dialético

é o processo de mudança que ocorre a partir da contradição. É simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade e a elevação dela a um nível superior. Isso parece obscuro, mas vamos ver o que ocorre no trabalho: a matéria-prima é “negada” (quer dizer destruída em sua forma natural), mas ao mesmo tempo é “conservada” (quer dizer, é aproveitada) e assume uma nova forma. Um exemplo, a fabricação do açúcar: a cana-de-açúcar é triturada (negado), transformada em caldo (conservado), que depois passa pelo processo industrial e torna-se açúcar.

mais-valia

na teoria marxista é a diferença entre o valor adicionado pelo trabalho às mercadorias e o salário pago ao trabalhador. Nas palavras de Marx “A mais-valia, ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o sobretabalho, ou trabalho não-remunerado, eu chamo de lucro”.



Saiba mais, leia o livro da coleção Primeiros Passos (Editora Brasiliense) *O que é Dialética*, do autor Leandro Konder

pelas revoluções burguesas (Revolução Industrial e Revolução Francesa) que os fenômenos humanos (e entre eles os do mundo do trabalho) passaram a serem estudados de forma científica. August Comte, Émile Durkheim, Max Weber e, principalmente, Karl Marx foram os principais pensadores que contribuíram para o nascimento desta nova ciência.



Atividades de aprendizagem

1. Como a Revolução Científica e o desenvolvimento das ciências naturais contribuíram para o nascimento da Sociologia?
2. Que relação podemos estabelecer entre Sociologia e Sociologia do Trabalho?
3. Pesquise e explique os conceitos marxistas de forças produtivas, superestrutura, estrutura e ideologia.

Aula 2 – O que é o trabalho? Essência humana ou mercadoria?

Objetivos

Proporcionar ao aluno condições de identificar o conceito de trabalho e sua história.

Oferecer condições ao aluno para compreender o trabalho como parte constitutiva da própria humanidade.

Criar condições que levem o aluno a perceber a diferença entre trabalho e emprego.

2.1 Apresentação do conteúdo

Nessa aula vamos estudar a definição de trabalho. Para melhor compreensão, vamos mostrar primeiro sua concepção negativa e, depois, sua característica de fator essencialmente humanizador do ser humano. Concomitantemente, investigaremos como essa ideia se desenvolveu no tempo, estabelecendo a diferença entre trabalho e emprego.

2.2 O trabalho como fator negativo

Etimologicamente a palavra trabalho deriva do latim, *tripalium*. Na antiguidade, o *tripalium* era caracterizado por um instrumento de tortura feito por três estacas ou mourões que servia para torturar escravos (Figura 2.1).

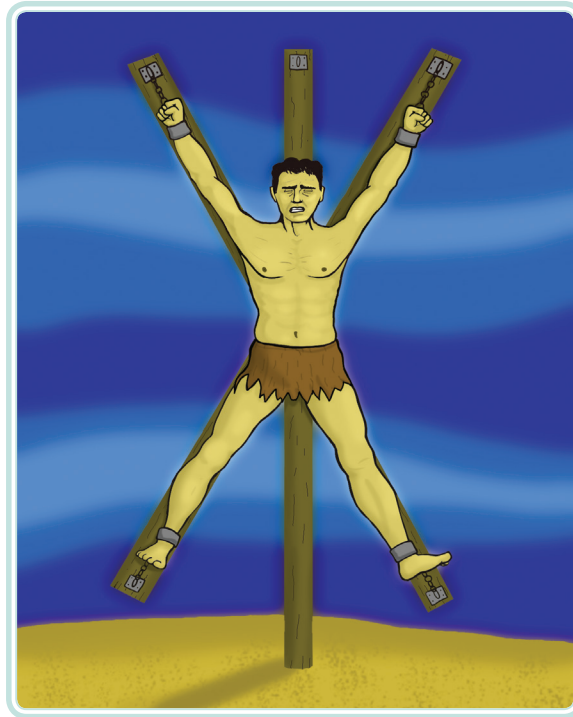


Figura 2.1: Representação do *Tripalium*

Na verdade, durante boa parte da história ocidental o trabalho foi considerado como uma atividade depreciável, pois por muito tempo foi associado à atividade de escravo. Os gregos, no período clássico, por exemplo, pensavam que só o ócio criativo era digno do homem livre, o trabalho manual era desprezado.



Figura 2.2: Antipolis. Coluna sepulcral do traficante de escravos Aulus Capilius Timolheos. (Ilustração em: DUCHÈNE, Hervé. Sur la stèle d'Auls Capilius Timotheos, *sômatemporos*, IL1)

Fonte: www.scielo.br/pdf/vh/v25n41/v25n41a02.pdf



Observe os três quadros da coluna. Que interpretação se pode fazer desta imagem?

Nos mitos gregos narrados por Hesíodo e Telecleides, o homem, no início dos tempos, banqueteara com os deuses do Olímpio, não precisando trabalhar para se alimentar. Mas o homem, com a ajuda de Prometeu, roubou o fogo sagrado e, como castigo, teve que trabalhar para viver. Do mesmo modo, na história bíblica, Adão como castigo teve que trabalhar para viver (Gênesis 3.17). Poderíamos citar outros exemplos, mas o fato é que o trabalho por vários motivos (estrutura social, cultural e econômica) foi associado a sofrimento, a castigo, a atividade menos nobre.

No Brasil colônia não foi diferente. Trabalho manual era tarefa de escravo, de seres sem cultura e sem capacidade intelectual.

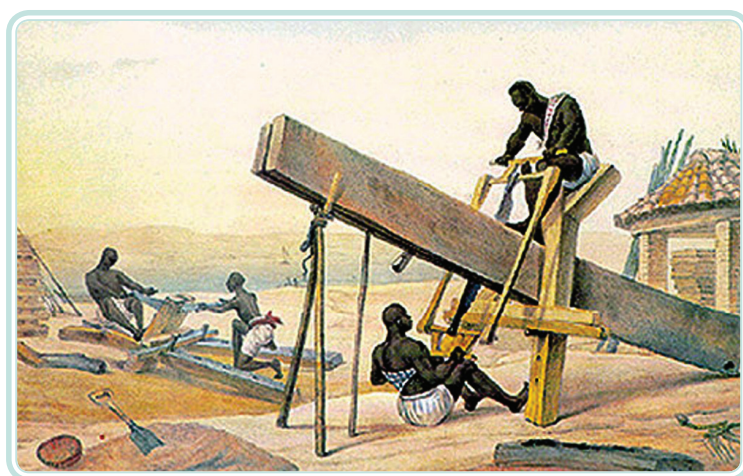


Figura 2.3: Serrando madeira

Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/Biblioteca/Personagens/Escravos/1112001007%20Serrando%20madeira.jpg>

De algum modo esta concepção sobre o trabalho infelizmente continua no imaginário da sociedade brasileira contemporânea. É comum ouvirmos as frases: “Segunda-feira é o pior dia da semana, pois começo a trabalhar”, ou “Dia de preto” (o que mostra a associação à escravidão, já que escravos no Brasil eram predominantemente negros). Os fatores que levam a essa visão negativa sobre o trabalho na sociedade contemporânea estão mais relacionados à própria estrutura do sistema capitalista que desapropria o trabalhador do fruto do seu trabalho.



Para saber mais sobre o trabalho, sua dimensão positiva e negativa acesse:
<http://www.urutagua.uem.br/007/07santos.htm>

2.3 O trabalho como elemento essencial da humanidade

O trabalho é, na verdade, uma necessidade natural e essencial do ser humano, sem a qual ele não existiria. Diferentemente dos outros animais que se adaptam passivamente ao meio ambiente, o ser humano atua sobre ele de forma ativa, obtendo os bens materiais necessários para sua sobrevivência e existência. É pelo trabalho que o ser humano se humaniza e também humaniza a natureza. O trabalho criou condições para o ser humano ir além de seu caráter de natureza, isto é, possibilitou que ele se emancipasse da natureza. Ele não deixa de ser um animal, de pertencer à natureza, mas não mais de forma tão determinada como os outros.

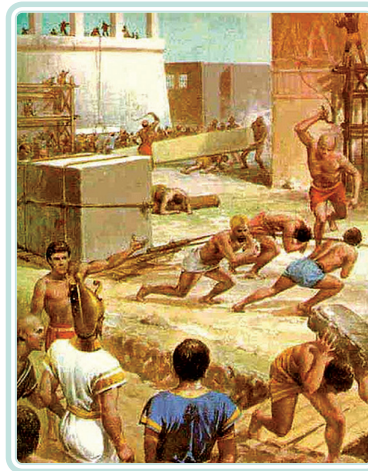


Figura 2.4: Transformando a terra

Fonte: <http://pensamentologicosempre.wordpress.com/2008/11/21/reescrevendo-a-historia-a-saga-do-povo-dileto-de-deus/>

Trabalhar é uma atividade eminentemente humana, porque é consciente, deliberada e com um propósito. Ela pode ter como fim a criação de bens materiais que supram as necessidades humanas de sobrevivência (moradia, alimentação, proteção, etc), ou necessidades culturais e psíquicas (arte, educação, etc).

Resumidamente o trabalho é a atividade ou ação que necessita de capacidades físicas e mentais, destinada a satisfazer as necessidades humanas.

2.4 A diferença entre trabalho e emprego

No dia a dia, a grande maioria das pessoas fala de trabalho e emprego como se fossem a mesma coisa. Pela definição de trabalho que tivemos, podemos concluir que não. Trabalho e emprego não é a mesma coisa. Apesar de estas

duas palavras estarem ligadas, possuem significados diferentes. Na verdade, o trabalho é algo bem mais antigo que o emprego, o trabalho existe desde o momento em que os seres humanos começaram a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor. Já a ideia de emprego é algo mais recente na história da humanidade. O emprego é um conceito que surgiu apenas na sociedade capitalista, por volta da segunda metade do século XVIII, no contexto da Revolução Industrial.

No século XVIII ocorreram diversos acontecimentos (advento da Revolução Industrial, êxodo rural, concentração dos **meios de produção**) que levaram a maior parte da população, que não possuía nenhuma ferramenta para trabalhar como artesãos, a vender seu trabalho como única forma de sobreviver. Sendo assim, restava às pessoas oferecerem seu trabalho como moeda de troca (inclusive mulheres e crianças). Neste momento, a noção de emprego tomou forma.



Figura 2.5: Crianças na Revolução Industrial

Fonte: <http://www.historycentral.com/WStage/ChildLaw.html>

Podemos então definir emprego como uma relação social de trabalho em que um ser humano vende sua força de trabalho para outrem em troca de um salário. Logo, não há emprego sem salário. Assim, a ideia de emprego pressupõe que a força de trabalho seja transformada em mercadoria e que ocupe um lugar como as outras no mercado capitalista. Na verdade, os próprios trabalhadores assumem caráter de mercadoria; sua força de trabalho é comercializada no mercado de trabalho no qual se encontra à mercê do arbítrio dos compradores.

A-Z

meios de produção

é tudo que faz a mediação da relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da própria natureza. De modo simples podemos dizer que são: os instrumentos de produção (fábricas, máquinas, equipamentos, armazéns, etc), e os objetos de trabalho, ou seja, os elementos sobre os quais ocorre o trabalho humano (os recursos naturais, como a terra para cultivar, e matérias-primas, como os minerais, vegetais e animais).



Saiba mais sobre as condições de trabalho na época da Revolução Industrial. Acesse: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/impresao.asp?artigo=504>

Conforme Marx (1977, p.63), “a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda com a balança (...) o operário vende a si mesmo, pedaço a pedaço. Vende, ao correr do martelo, 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia a dia (...)”

Resumo

Identificamos no decorrer dessa aula – por mais que no dia-a-dia as pessoas não o façam – que o conceito de trabalho é diferente do de emprego. O primeiro existe desde o momento em que o homem se humanizou. Se caracterizando pela ação produtiva, que necessita de capacidades físicas e mentais, destinada a satisfazer as necessidades humanas. Já o segundo só existe quando um trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário. Vimos também que por mais que o trabalho seja um fator essencialmente humanizador do ser humano, na sociedade capitalista ele adquiriu uma concepção negativa, já que o trabalhador é expropriado do fruto de seu trabalho.



Atividades de aprendizagem

1. Qual era a noção que você tinha de trabalho antes desta aula? Depois de ter estudado, o que você define como trabalho?
2. Como se pode diferenciar trabalho e emprego? Dê exemplos.
3. Observe as figuras 2.4 e 2.5 e descreva as principais diferenças existentes entre elas.

Aula 3 – História do trabalho e dos sistemas de produção

Objetivos

Apresentar a história do trabalho, destacando o trabalho na sociedade capitalista.

Demonstrar a relação dos sistemas produtivos com o trabalho, destacando o sistema produtivo capitalista.

3.1 Trabalho e sistemas produtivos: uma pequena apresentação

A produção humana de bens materiais, por mais aparente que possa ser, não é obra de uma pessoa isoladamente. Na verdade ela tem sempre um caráter social. No processo de produção de bens materiais, os seres humanos acabam se relacionando de uma forma ou de outra, e o trabalho de cada produtor converte-se numa partícula do trabalho social, seja nas comunidades primitivas, seja nas sociedades mais avançadas tecnologicamente.

Logo, trabalho e produção se relacionam estreitamente. Para compreender então a história do trabalho é necessário compreender também a história dos sistemas produtivos, as formas como os seres humanos se relacionaram para transformar a natureza.

Assim, nesta aula estudaremos a história do trabalho na sua relação com os sistemas produtivos que a humanidade conheceu. De forma simplificada, veremos os quatro sistemas diferentes de relações de produção: primitivo, escravista, feudalista e capitalista. Por fim, vislumbraremos a possibilidade de um sistema comunista cuja primeira etapa seria o socialismo.

3.2 O sistema primitivo de produção

Quando o ser humano começou a se humanizar, o trabalho era luta constante para sobreviver. A necessidade de se alimentar, de se abrigar, de se

proteger de outros animais era o fator que determinava a necessidade de trabalhar. Somente o trabalho em comum possibilitava a obtenção de recursos necessários à vida.



Figura 3.1: Trabalho coletivo

Fonte: <http://www.gilsoncamargo.com.br/blogp=179>

O trabalho em comum leva também à propriedade comunitária dos meios de produção, base fundamental das relações de produção naquela época. Todos os membros da comunidade tinham condições iguais no que se refere aos meios de produção; ninguém podia assumir a propriedade privada deles; cada elemento da comunidade recebia a sua quota de produção conforme suas necessidades e normalmente não ficava excedente em benefício de alguém em particular.

Mas, com o passar do tempo, esse sistema produtivo começa a ruir devido ao desenvolvimento das forças produtivas. Com o avanço da agricultura, da domesticação dos animais, da melhoria da fabricação de instrumentos, ferramentas e, sobretudo, armas de metal, começou a ocorrer uma verdadeira revolução no mundo do trabalho, que igualmente provocou uma revolução na produção de bens materiais. Nasce o intercâmbio de produtos derivados do trabalho, primeiro entre as tribos, depois, no centro das próprias comunidades. As tribos decompõem-se em famílias que se convertem em unidades econômicas separadas. O trabalho comunitário começa a se desestruturar, e a ideia de propriedade particular toma corpo e forma.

3.3 O sistema escravista de produção

Ao mudar o sistema primitivo, o ser humano começou a desenvolver outro sistema de produção: o escravista. O escravismo é um fenômeno presente

em vários povos da humanidade. Surgiu por volta de 3000 a.C. na Mesopotâmia e no Egito, no entanto foram os gregos e romanos os povos que tiveram no escravismo o principal sistema de trabalho e produção.

A base das relações de produção nesse regime era a propriedade privada. O senhor era dono tanto dos meios de produção quanto dos trabalhadores: os escravos. Mas um indivíduo submetido pela força não é, necessariamente, um escravo. O que faz um ser humano tornar-se escravo é ser considerado como uma mercadoria, sujeito à venda, troca, aluguel entre outros. Além disso, a totalidade do produto de seu trabalho é do senhor.

No sistema escravista, os trabalhadores foram expostos a vários castigos. Daí a ideia de *tripalium* e do trabalho físico ser visto com desprezo, indigno para homens livres, como já vimos na aula 2.



Se desejar aprofundar seus estudos leia o livro *O Escravismo Antigo*, de Mário Maestri, publicado pela editora Atual.



Figura 3.2: O trabalho de grande número de escravos permite a construção de obras maiores, como o Coliseu de Roma

Fonte: <http://historia-interactiva.blogspot.com/2007/07/7-07-2007-as-sete-novas-maravilhas-do.html>

As possibilidades de progresso desse sistema ficam esgotadas e ao final do Império Romano, (476 d.C.) o sistema escravista desmoronou e deu lugar a outro sistema, o feudalismo.

3.4 O sistema feudal ou de servidão

Com o fim do sistema escravista, desenvolve-se uma nova forma de organização social, econômica e política: o feudalismo. Esse novo sistema de produção baseou-se na servidão.

Nesse sistema, os senhores feudais são os possuidores dos meios de produção e o principal deles, na época, era a terra. Na verdade, a própria palavra feudo vem do latim *feodum* que significa as terras que o rei distribuía entre os seus senhores em pagamento ao apoio militar.

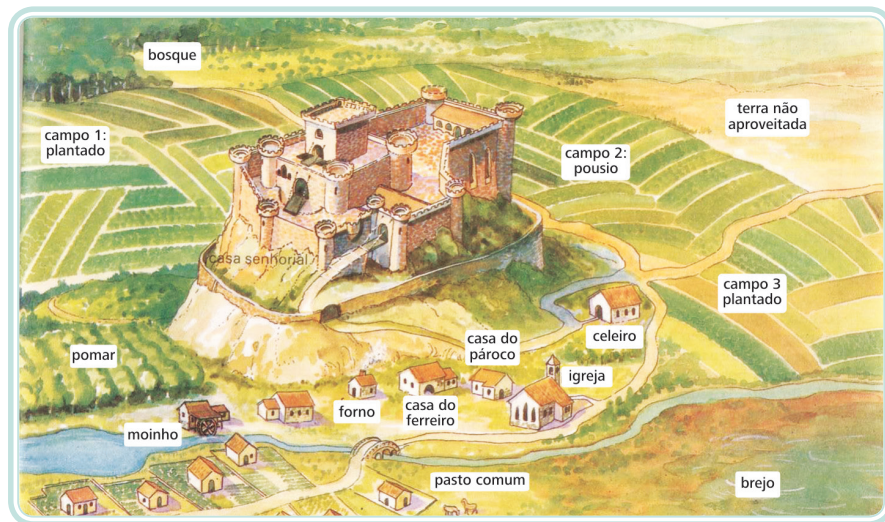


Figura 3.3: Esquema ilustrativo de um feudo da Idade Média

Fonte: <http://escolasantodumonthistoria.blogspot.com/2008/11/modelo-de-feudo-1.html>

Os camponeses dependiam dos senhores feudais, mas ao contrário dos escravos eles não constituíam propriedades. Os servos eram semi-livres, pois não pertenciam ao senhor feudal, mas estavam obrigados a viver na sua propriedade. Inclusive, nas transações comerciais de compra ou venda das terras, os servos eram normalmente incluídos. Os servos trabalhavam a terra do senhor e em retribuição recebiam um pequeno terreno que era trabalhado pela sua conta, mas pagando ao senhor várias taxas.

Com o passar dos séculos os camponeses foram lutando com força cada vez maior contra a opressão feudal para obter o direito de dispor livremente do produto de seu trabalho. Até que, ao final da idade média, o comércio e as cidades vão ressurgindo e minando esse sistema de produção. Surgem pequenas unidades artesanais, logo começam a desenvolver grandes empresas empregando trabalhadores não submetidos à servidão; o comércio cresce além dos mares com descobertas de novas rotas comerciais e com a colonização da América. Nos séculos XVI e XVII realizam-se grandes descobrimentos científicos e técnicos. Aos poucos vai se desenvolvendo no seio da sociedade feudal um novo sistema, o sistema capitalista de produção.

Contudo, para que ele se consolidasse haveria a necessidade de uma nova classe assumir o poder, a burguesia. Começam as revoluções burguesas, sendo a mais importante delas, a Revolução Francesa de 1789.

3.5 O sistema capitalista de produção

Nos séculos XVIII e XIX, o capitalismo se consolida, desenvolve-se e cria a sua própria revolução: a Revolução Industrial, que significou um fabuloso aumento da produção material e o rendimento do trabalho. Mas isso não significou melhoria material para os trabalhadores. Muito pelo contrário, a nova realidade mostra um acúmulo de riquezas em um extremo e muita miséria no outro, com jornadas de trabalho que chegavam a 18 horas diárias na França de 1840.

O trabalho na sociedade capitalista acaba por se tornar uma obrigação para o trabalhador. Como ele não é dono dos meios de produção é compelido a vender sua atividade vital, seu trabalho que não é mais trabalho (força vital e humanizadora) é convertido em mercadoria, isto é, um emprego.

Um dos grandes analistas da sociedade capitalista, Karl Marx, afirmava que nesse sistema a verdadeira essência do ser humano, sua liberdade e independência, “a atividade livre e consciente”, não se podia realizar, pois nela há uma “autoalienação” do homem.

Karl Marx (1978, p.63) afirmava que “o operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida; para ele é, antes, um sacrifício de (no original é de) sua vida. É uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. (...) Para ele, a vida começa quando terminam essas atividades, à mesa de sua casa, no banco do bar, na cama”.



Figura 3.4: O produto do trabalho
 Fonte: http://www.gutierrez.pro.br/im/charge_fabrica.jpg

Por mais que Marx tenha analisado a situação do trabalhador no capitalismo do século XIX, sua teoria sobre o trabalho e o capital ainda é muito atual.

3.6 O sistema de produção comunista

Pela teoria de Marx a superação do modo de produção capitalista seria feita pelo comunismo, tendo como fase intermediária o socialismo. A base do sistema comunista de produção é a propriedade social dos meios de produção e a não existência de classes sociais, mas a diferença com relação ao sistema primitivo é que a socialização se apóia em forças produtivas de capacidade superior.

No entanto, o sistema comunista, ou mesmo socialista, tal como se idealizou nunca existiu de fato. Alguns autores para diferenciar falam de socialismo ideal (o que fora teorizado pelo Marxismo) e socialismo real (o implantado na Rússia e em outros países). Em todo caso, o que tivemos, com a Revolução

Russa, foi uma experiência de coletivismo burocrático, ou seja, um sistema social e econômico em que a exploração dos meios de produção é comum a todos os membros da sociedade, mas sujeita a uma administração baseada em uma rígida hierarquia e regulamentação feita pelo Estado, controlado por um partido único, o Partido Comunista. O trabalhador era submetido a planos econômicos (planos quinquenais) de desenvolvimento tecnológico e industrial, tão alienantes quanto os do mundo capitalista.

Com o fim da Guerra Fria, marcado pela queda do Muro de Berlim em 1989, o socialismo real começa a desagregar-se, deixando de existir em 1991. Inicia-se a globalização. Será a vitória do capital sobre o trabalho? O capitalismo será o último estágio de desenvolvimento da humanidade?

Resumo

Essa aula nos fez perceber que nem sempre as relações de trabalho foram iguais à forma que nossa sociedade conhece. As relações de trabalho de forma assalariada não são a-históricas (não existiram e nem existirão para sempre), pelo contrário, elas foram construídas e consolidadas de modo efetivo na sociedade capitalista. No decorrer da história da humanidade tivemos muitos outros modelos de relações de trabalho (comunal, escravista, servil, entre outras). Com isto também percebemos que o desenvolvimento da humanidade esteve diretamente relacionado ao trabalho. Sem trabalho não há desenvolvimento humano.

Atividades de aprendizagem

1. Você acredita que o trabalho pode ser visto na atualidade como um *Tripalium*? Por quê?
2. Qual é a moral da história apresentada nos quadrinhos da Figura 3.4?
3. O que diferencia o trabalhador no sistema de produção escravista, feudal e capitalista?



Aula 4 – As metamorfoses no mundo do trabalho: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo

Objetivos

Identificar os traços básicos do Taylorismo/Fordismo.

Perceber como se dava a exploração dos trabalhadores nesses modelos de produção fabril.

Conhecer os aspectos básicos do Toyotismo e sua dinâmica na reestruturação produtiva.

Compreender as noções de precarização, flexibilização do trabalho e de desemprego estrutural.

O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral. (KARL MARX)

4.1 Taylorismo: a administração científica

No início do século XX, em 1911, o engenheiro norte-americano, Frederick W. Taylor (Figura 4.1) publicou “Os Princípios da Administração Científica”. Resumidamente, o que Taylor propunha nesse livro era uma maior divisão do trabalho, com uma intensificação do fracionamento das etapas do processo produtivo, de modo que o trabalhador desenvolvesse tarefas ultra especializadas e repetitivas, com maior controle sobre o tempo gasto (com cronômetro). Reafirmava também a diferenciação entre trabalho intelectual (gerente) e manual (operários), bem como o controle sobre a produção ao criar a estratégia de premiar o trabalhador que produzisse mais.



Saiba mais sobre Frederick W. Taylor em http://www.historiadaadministracao.com.br/jl/index.php?option=com_content&view=article&id=17:imagens-&catid=6:imagens&Itemid=5

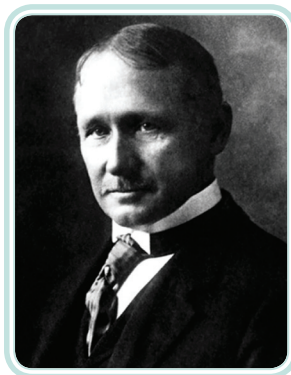


Figura 4.1: Frederick W. Taylor (1856-1917)

Fonte: http://www.historiadaadministracao.com.br/jl/index.php?option=com_content&view=article&id=17:imagens-&catid=6:imagens&Itemid=5

Não demorou muito para que as ideias de Taylor fossem colocadas em prática.

4.2 Fordismo: a produção em massa e máxima alienação

Quem primeiro colocou em prática as ideias de Taylor, foi Henry Ford (1863-1947), o criador da indústria automobilística **Ford**. Depois de algum tempo, Ford inovou o processo de produção de carros e criou o Fordismo.

O modelo de produção fordista vigorou por quase todo o século XX e, segundo o sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes (2006), os traços básicos desse modelo são:

- produção em massa ou em série através de linha de montagem e produtos homogêneos (no caso da Ford seriam carros, mas ele pode ser aplicado a qualquer outro produto).



Figura 4.2: Linha de montagem de produção de automóveis da Ford no início do século XX

Fonte: <http://papodeobra.blogspot.com/2008/11/producao-em-massa-fordismo-x-producao.html>



O filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin, faz uma crítica ao modelo de produção fordista.

Veja um resumo em:

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=181>



Figura 4.3: Cena do filme Tempos Modernos de Charles Chaplin

Fonte: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=234>



Assista ao filme Tempos Modernos ou o vídeo. Acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=a0XjRivGfiw&feature=related>

- Trabalho parcelado e fragmentação das funções: separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, isto é, trabalho intelectual (gestores), trabalho braçal (trabalhadores).
- Unidades fabris concentradas, grandes fábricas que produziam quase todas as peças.
- Operário-massa, ou seja, trabalhador coletivo fabril. Grande concentração de trabalhadores.

4.3 Exploração e controle sobre os trabalhadores

O modelo de produção Fordista/Taylorista constituiu-se, assim, numa forma aprofundada de controle e de exploração dos trabalhadores, pois levava à maior fragmentação das tarefas, ao pagamento por produção, à fragmentação da organização social para o trabalho, alienando o trabalhador em uma produção determinada pelo cronômetro.

O operário, nesse modelo, era visto como simples apêndice da máquina, submetido ao trabalho repetitivo, massificado, mal-pago, intenso e embrutecedor. Afinal, pela lógica do capital, quanto maior a produção, maior é a exploração e menor a remuneração do trabalho, sendo então maior a mais-valia, o lucro.

4.4 Toyotismo e a flexibilização do trabalho: exploração da subjetividade do trabalhador

Nos anos 70, do século XX, deu-se início a uma crise estrutural do sistema capitalista que, conseqüentemente, levou a uma crise do Fordismo. Essa crise se caracterizou:



Saiba mais sobre desemprego estrutural. Acesse o site: http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Meus_Artigos/O_desempr_familia.htm

- Pela queda na taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas dos trabalhadores dos anos 60.
- Pelo início do desemprego estrutural. As empresas, na ânsia de obter mais lucro, investiam em inovação tecnológica e novas técnicas gerenciais para diminuir os custos, provocando, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho e retração do consumo.
- Pela crise do Estado do bem-estar social. Após o fim da URSS, os países capitalistas não tinham por que manter políticas de intervenção na economia de modo a criar condições melhores de saúde, emprego, seguridade social e educação aos trabalhadores, pois o perigo de disseminação do comunismo estava morrendo.

A crise do Fordismo levou o capital a fazer mutações em sua estrutura. Teve início um processo de reorganização, levado a cabo pelas políticas do **neoliberalismo**:

A-Z

neoliberalismo

modelo político-econômico baseado nas idéias de Milton Friedman, dos EUA, e Friedrich August Von Hayek, da Grã Bretanha, que defende a não intervenção do Estado na economia e cortes nos setores de serviços públicos, tais como saúde e seguridade social. Estas ideias foram colocadas em prática na Grã-Bretanha e nos EUA na década de 1980, mas se espalharam pelo mundo, chegando no Brasil na década de 1990 com as privatizações de empresa públicas.

- Privatizações de empresas estatais: em muitos países do mundo empresas de mineração, telecomunicações, correios e tantas outras foram privatizadas.
- Desregulamentação dos direitos do trabalho: os direitos trabalhistas em muitos países foram abolidos e/ou seriamente restringidos.
- Reorganização do processo produtivo e do trabalho: surgiu o modelo flexível de produção.

Nesse ambiente de crise do capitalismo e reestruturação produtiva, surge o Toyotismo. O novo modelo de organização surgiu nas fábricas de automóveis da Toyota, no Japão dos anos 70. O Toyotismo tem um discurso voltado

para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Porém, na verdade, ele busca a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada pelos superlucros que o neoliberalismo tem como cartilha.

O Toyotismo se caracteriza pela:

- Produção é voltada e conduzida diretamente pela demanda.
- Produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo.
- Produção que se sustenta na concepção de estoque mínimo, utilizando-se o *Kanban* (placas que sinalizam a reposição), muito parecido com o modelo dos supermercados que repõem a mercadoria depois da venda.
- Horizontalização da produção: reduzindo a produção na montadora e estabelecendo subcontratações ou tercerização.

Há também mudanças no que se refere aos trabalhadores. A alienação do trabalho promovida pelo modelo fordista é substituída por algo muito mais complexo. No Toyotismo, desaparece o trabalho repetitivo, ultrasimples, desmotivante e embrutecedor, mas surgem outros níveis de exploração muito mais sofisticados sobre o trabalhador. São criados, por exemplo:

- O autocontrole dos trabalhadores: no modelo toyotista não há acompanhamento direto de chefia no processo produtivo. Isso diminui os custos com contratação e responsabiliza os próprios trabalhadores pelo processo produtivo.
- A flexibilização do aparato produtivo: o operário deve ser multifuncional, operar várias máquinas (em média cinco na Toyota).
- Maior uso de tecnologia e número mínimo de trabalhadores. Com contratação de trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado.
- A exploração da subjetividade do trabalhador: podem-se multiplicar os lucros, explorando a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência do trabalhador.



Veja o depoimento do trabalhador japonês, Bem Watanabe.

"A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores... Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia". (ANTES, 2006, p.37)

- A flexibilização dos direitos dos trabalhadores: negociações que levam à precarização do trabalho.

4.5 O discurso da qualidade total

Com o modelo toyotista, as estratégias como do *just in time*, *team work*, *kanban*, a eliminação do desperdício e o controle de qualidade total, as ISO 9000, 9001, 9002... passam a fazer parte do discurso dos gestores e empresários em várias partes do mundo, transformando não só as relações de produção na esfera econômica, mas também os conceitos de qualificação do trabalhador, na esfera sociocultural. O discurso da “qualidade total” é um bom exemplo disso.

Para convencer a sociedade que o ambiente e as relações de trabalho são as melhores possíveis, como também as mercadorias, estabelecem-se os certificados de qualidade ISO.

Mas a falácia desses programas logo se mostra. A tecnologia não necessariamente tem levado à melhor condição de trabalho. Vende-se a ideia de que os profissionais a serem contratados devem ser altamente qualificados, mas também cria uma indústria do “certificado”, obrigando o trabalhador a fazer constantes cursos de qualificação que muitas vezes não o qualificam.

O mesmo discurso se vê com relação às mercadorias, isto é, a “qualidade total” das mercadorias que não têm qualidade. Como as mercadorias podem ter qualidade se o capital depende da dinâmica do mercado de produtos, que é dada pela contínua substituição das mercadorias velhas pelas novas? Sendo assim, quanto menor tempo de vida útil tiver um produto, mais rápida será sua reposição e, conseqüentemente, maior será a venda de novos produtos e o aumento dos lucros. Como na música do grupo Engenheiros do Hawaii, “*satisfação garantida, obsolescência programada, eles ganham a corrida antes mesmo da largada*”.

A “qualidade total” torna-se, então, inteiramente compatível com a chamada lógica da produção destrutiva, na qual os traços marcantes são o desperdício, a destrutividade e a rápida obsolescência dos produtos. Visto sob esta ótica, não restam dúvidas de que o discurso da “qualidade total” é mais uma das estratégias do capital para atingir seu objetivo único e primordial: o lucro.



Fonte: <http://trisecris.wordpress.com/2009/06/26/engenheiros-do-hawaii-biografia/>

Observe um trecho da letra da música **3ª do Plural** do grupo Engenheiros do Hawaii:

Corrida pra vender cigarro
cigarro pra vender remédio
remédio pra curar a tosse
tossir, cuspir, jogar pra fora
corrida pra vender os carros
pneu, cerveja e gasolina
cabeça pra usar boné
e professar a fé de quem patrocina
(....)

Corrida contra o relógio
silicone contra a gravidade
dedo no gatilho, velocidade
quem mente antes diz a verdade
satisfação garantida
obsolescência programada
eles ganham a corrida antes mesmo da largada

Eles querem te vender, eles querem te comprar querem te matar, à sede...
eles querem te sedar
quem são eles
quem eles pensam que são?

Resumo

Nessa aula vimos os dois principais modelos de produção fabril do século XX (Fordismo e Toyotismo). Em ambos os modelos o trabalhador é explorado, porém de forma diferente. No primeiro, como o trabalho é fragmentado, ele realiza apenas uma parte do processo produtivo, fazendo atividades repetitivas e seguindo o tempo da máquina. Já no segundo, é exigido dele uma flexibilização não só no processo produtivo (deve saber realizar várias atividades, ser multifuncional), mas também das relações de trabalho e de seus direitos trabalhistas. Além disso, ele é explorado em sua subjetividade, em sua capacidade criativa. Estudamos também a relação do Neoliberalismo com o mundo do trabalho que teve como principal consequência o desemprego estrutural e o discurso da qualidade total.



Atividades de aprendizagem

1. No início de nossa aula sobre as metamorfoses no mundo do trabalho: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, temos uma epígrafe de Karl Marx. O que ela quer dizer?
2. Assista ao filme Tempos Modernos de Charles Chaplin e produza um texto analisando o modelo de produção fordista.
3. Compare os modelos fordista e toyotista.
4. Pesquise o que é desemprego estrutural? Ele ocorre no Brasil?
5. Veja o vídeo da música 3ª do Plural, dos Engenheiros do Hawaii, e responda: que crítica se pode fazer ao discurso da “Qualidade Total”?



Assista ao vídeo com a música 3ª do Plural. Acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=oxsevngldhk&feature=related>

Aula 5 – História do trabalho e do sistema de produção canavieiro no Brasil

Objetivos

Identificar a origem da atividade agroindustrial açucareira no Brasil e os fatores que permitiram sua instalação.

Estabelecer a relação da agroindústria canavieira com o trabalho escravo.

5.1 A cana-de-açúcar no Brasil: visão panorâmica

A “agroindústria canavieira” é a mais antiga atividade econômica não-extrativista do Brasil, ao ponto de sua história se confundir com a própria história do país. Por mais de 400 anos a principal mercadoria produzida nas terras brasileiras foi o açúcar. Na década de 1980, em função da crise do petróleo, a cana-de-açúcar começou a ser utilizada também para produzir etanol, o álcool. Na década de 1990, com o aumento das exportações o açúcar volta a ficar em alta e de lá para cá houve uma expressiva expansão deste setor com uma forte mecanização da produção.

Nessa aula vamos conhecer como se deu o processo de implantação do cultivo e desenvolvimento da agroindústria canavieira do século XVI até a sua mecanização no século XX, bem como as relações de trabalho que estiveram presentes no seu desenvolvimento, sobretudo a mais aviltante delas, a escravidão.

Pequena História da Cana-de-Açúcar

A cana-de-açúcar é conhecida pelos seres humanos há mais de 20 mil anos. Alguns estudiosos atribuem sua origem ao rio Ganges, na Índia, a Melanésia – região da Nova Guiné e Ilhas Fidji, situada no Pacífico Sul. Teria chegado à China pouco antes do início da



Saiba mais sobre a história da cana-de-açúcar, acesse: http://museu.mct.gov.br/acucar/Historia%20do%20acucar_1.htm

era cristã. Fato é que tanto os indianos como os chineses sabiam extrair da planta o xarope doce que era considerado uma fina especiaria e utilizado principalmente como medicamento. Por suas qualidades logo reconhecidas, a cana-de-açúcar passou a ser alvo dos conquistadores. Sabe-se que, além dos chineses, responsáveis pela difusão da planta na Ilha de Java e Filipinas, o açúcar era conhecido também pelos árabes. Por volta do século XV, Portugal e Espanha, começaram a disseminação da cana e das técnicas de fabricação do açúcar nas novas terras conquistadas. Nas Américas ela chegou na segunda viagem de Cristóvão Colombo, em 1493. No século XVI ela chegaria ao Brasil.

5.2 A implantação da agroindústria canavieira como solução para a colonização do Brasil

Como vimos, a cana-de-açúcar não é natural do Brasil, na verdade ela foi trazida para cá. Mas a questão é, por que ela foi trazida? A resposta a essa questão é de suma importância, pois ela ajuda a compreendermos como “nasceu” o Brasil. A vinda da cana-de-açúcar fez parte de um plano maior, de um plano colonial. Isto é, a produção de açúcar foi a solução que Portugal encontrou para colonizar o Brasil, pois diferentemente da Espanha, os portugueses não encontraram de imediato ouro nas terras brasileiras e poderiam perder a posse destas terras se não as colonizassem. A solução foi o açúcar, um produto muito valioso no mercado europeu.

Na verdade foram várias as causas da opção pelo cultivo da cana-de-açúcar no Brasil:

- O Brasil possuía terras em grande quantidade o que possibilitava a produção de açúcar em larga escala sem preocupação com a degradação do solo.
- O solo **massapé** encontrado no Brasil era adequado para o cultivo da cana-de-açúcar.
- O financiamento da produção era feito por banqueiros genoveses e holandeses, desonerando a coroa portuguesa.

A-Z

massapé

solo argiloso e muito fértil
proveniente da decomposição
de várias rochas.

Em 1533, chegaram as primeiras mudas trazidas da Ilha da Madeira por Martim Afonso de Souza, criador do engenho em São Vicente. Logo a planta se espalhou por todo o litoral brasileiro. O nordeste tornou-se o maior produtor, principalmente as capitanias de Pernambuco e da Bahia. Por volta de 1560, o Brasil já possuía cerca de 60 engenhos que estavam em pleno funcionamento, produzindo o açúcar que abastecia o mercado europeu.

O empreendimento do açúcar no Brasil caracterizou-se por dois traços marcantes: o **latifúndio** e a escravidão.

5.2.1 A *plantation* e os engenhos do açúcar

A cultura da cana-de-açúcar no Brasil desde seu princípio teve direta associação com o latifúndio monocultor, a *plantation*. Essa propriedade também era chamada Engenho, porque, além das plantações, abrigava as instalações apropriadas e os equipamentos necessários para o refino do açúcar: a moenda, a caldeira e a casa de purgar.



Figura 5.1: Um engenho de açúcar do período colonial brasileiro

Fonte: <http://www.eb23-diogo-cao.rcts.pt/Trabalhos/bra500/img/eng2.JPG>

No engenho havia a senzala (uma construção rústica para abrigar os escravos), a casa grande (construção luxuosa na qual habitavam o senhor, seus familiares e parentes) e a casa do engenho (local em que ficavam as instalações destinadas à fabricação do açúcar).

A-Z

latifúndio

termo originário de *latifundiu* que, em língua moderna, significa propriedade rural com grande extensão de terras cultivadas ou não.

plantation

é um tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura (plantação de uma única planta: cana, ou soja, ou café...) de exportação mediante a utilização de latifúndios (grandes propriedades de terras) e mão-de-obra escrava.

Durante a safra, o engenho operava por vinte horas seguidas, com um descanso de quatro horas para a limpeza dos equipamentos.

No engenho, havia alguns trabalhadores assalariados (feitor-mor, caixeiro da cidade, cobrador de rendas, mestre de açúcar, carapina, feitor pequeno). No entanto, o principal sustentáculo do sistema canavieiro brasileiro no período colonial era o trabalho escravo de negros.

5.3 Doce e amargo açúcar: a agroindústria canavieira e a escravidão negra



Para saber mais acesse:
<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=4>

Para o processo de produção e de comercialização do açúcar ser lucrativo ao empreendimento colonial, os engenhos introduziram a forma mais aviltante de exploração do trabalho humano: a escravidão. Essa modalidade de trabalho foi usada em larga escala nas grandes lavouras, porque baixava os custos da produção.

A escravidão negra tornava o empreendimento da agroindústria açucareira interessante para a coroa portuguesa. A escravização do indígena foi abandonada ou não-incentivada pela coroa não porque o índio era preguiçoso, ou por caridade cristã, ou mesmo porque o negro era mais dócil ou mais apto para o trabalho. Na verdade, o que levou a coroa preferir a escravidão negra à indígena foi o fato do tráfico negreiro render muitos lucros para Portugal e, além disso, o alto custo dos escravos restringiria o negócio a poucos indivíduos, mantendo o prestígio e poder dos senhores de engenho.



Sobre o tráfico de escravos da África assista ao filme *Amistá* de Steven Spielberg

Assim, não é exagero falar que toda a riqueza da colônia brasileira era produzida pelo trabalho escravo, baseado na importação de negros capturados à força na África.

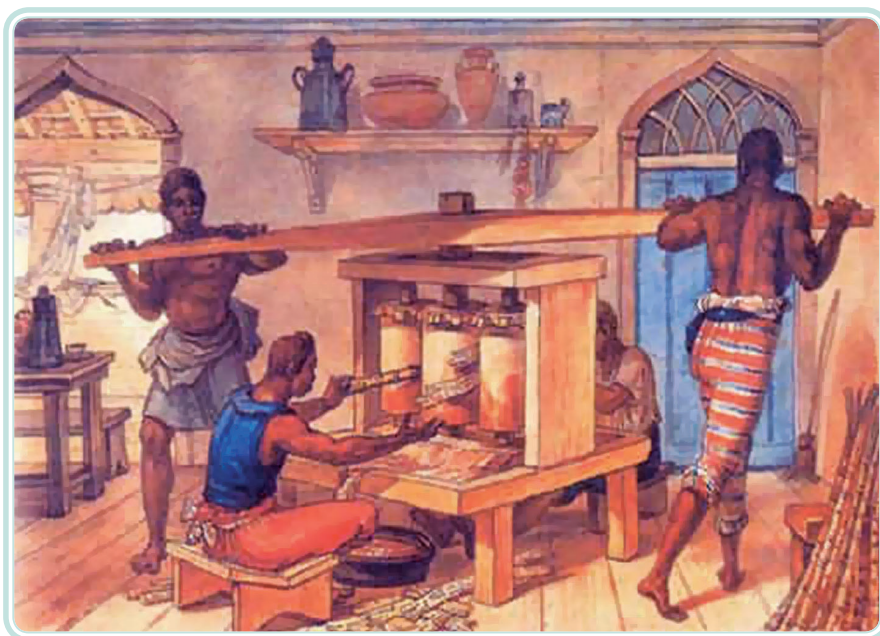


Figura 5.2: Escravos trabalham no engenho de açúcar, gravura de Jean Baptiste Debret

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u14.jhtm>

Os negros eram trazidos da África e tratados como mercadorias. Podiam ser vendidos, dados e até mutilados. Um escravo negro trabalhava em média 16 horas por dia nas atividades mais degradantes. Para o negro, aquela atividade produtiva era repetitiva e cansativa, carregada de constantes ameaças de castigos e punições. Nas senzalas, havia péssimas condições de higiene e ambiente altamente insalubre.

Em condições de trabalho exaustivo, de precárias condições de higiene e salubridade, como também alimentação deficiente, a expectativa de vida do escravo não ultrapassava a média de 40 anos.

Mesmo mascarada pelas formas paternalistas, a escravidão, nas unidades açucareiras do período colonial, estava intimamente ligada à violência, a castigos e a atrocidades.

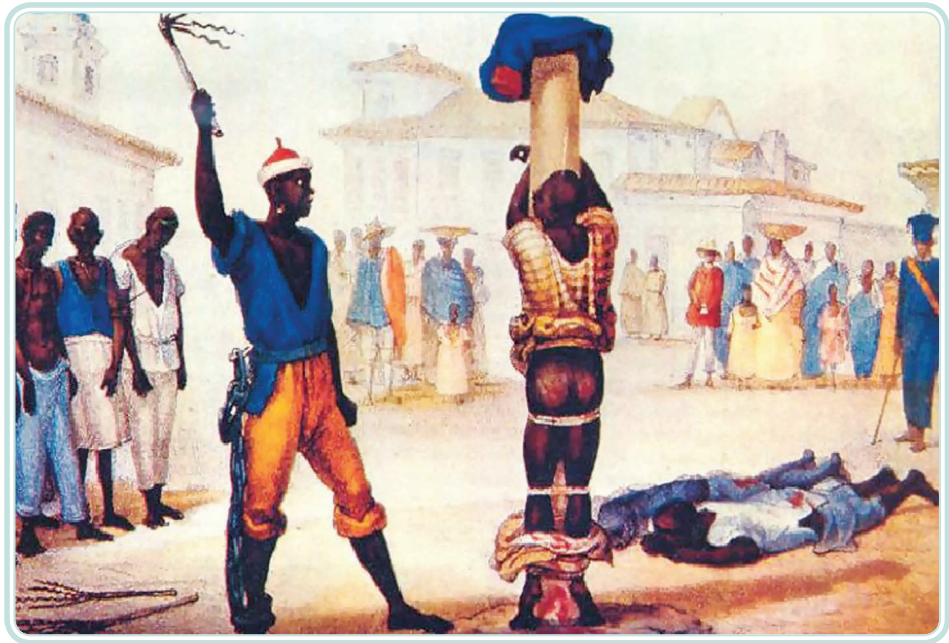


Figura 5.3: Escravo no tronco

Fonte: <http://maniadehistoria.wordpress.com/2009/05/>

5.4 O fim do ciclo do açúcar, mas não da agroindústria canavieira



Veja o filme *Barão de Mauá: O Imperador e o Rei*

O ciclo de produção do açúcar como principal atividade econômica do Brasil colonial se estendeu até a segunda metade do século XVII. A partir do século XVIII, a exportação do produto para o mercado europeu sofreu forte queda causada pela concorrência do açúcar produzido nas Antilhas.

No século XIX, em função do ciclo do café na região Centro-Sul, os senhores de engenho do Nordeste começaram a vender seus escravos para as fazendas de café e a utilizar o trabalho “assalariado”, parceiros, diaristas e agregados. Esses trabalhadores eram submetidos a condições semelhantes à dos escravos, os salários eram baixos e, às vezes, recebiam apenas permissão para cultivar a terra para sua subsistência.

O século XX foi marcado pela estagnação da atividade agroindustrial canavieira no Nordeste e pelo seu crescimento na região Centro-Sul, sobretudo em São Paulo. Isso se deu, principalmente por causa da crise do café.

Resumo

Compreendemos com esta aula que a atividade agro-canavieira esteve presente no Brasil desde sua colonização. Na verdade o Brasil nasce com ela. Percebemos também que desde sua origem esta atividade esteve diretamente associada à escravidão do índio e, sobretudo, do negro, como também ao latifúndio. Tudo isto deve nos levar a refletir sobre que modelo de produção e relações sociais de trabalho o sistema sucroalcooleiro deve desenvolver para o século XXI.

Atividades de aprendizagem

1. Indique os fatores que influenciaram a instalação da atividade agroindustrial canavieira no Brasil.
2. Explique a relação entre atividade canavieira, latifúndio e escravidão.
3. Como eram as condições de trabalho dos escravos na agroindústria canavieira?



Aula 6 – A era do capital: a agroindústria sucroalcooleira no contexto da modernização produtiva

Objetivos

Identificar os fatores que levaram à modernização do setor sucroalcooleiro no Brasil.

Entender a relação entre modernização conservadora, Revolução Verde e agroindústria sucroalcooleira.

Perceber a relação entre produção de alimentos, fome e modernização produtiva imposta pela hegemonia do capital.

6.1 A agroindústria sucroalcooleira

No século XX e, sobretudo no XXI, a agroindústria canavieira tem experimentado ganhos de produtividade extraordinários que fazem do Brasil, atualmente, o maior produtor mundial de açúcar e de álcool. Muitos fatores concorreram para isso destacando-se, indiscutivelmente, a modernização do setor.

Porém, há outro lado da produção sucroalcooleira que muitos empresários e governantes preferem ignorar. Como alguns aspectos negativos na estrutura de produção herdados do passado e outros que a nova gestão do capital tem imposto. De um modo geral, podemos simplificá-los a três: o primeiro é a concentração fundiária e de renda, o segundo, está relacionado às relações de trabalho e, por fim, os impactos ambientais que esse modelo de produção provoca.

Sociologicamente esses três elementos se explicam na análise das relações socioeconômicas entre capital, campo e trabalho. Esta aula se propõe a analisar a concentração fundiária e de renda e sua repercussão na vida social no campo e na cidade.

Para isso é necessário observar as mudanças que se processaram no contexto agroindustrial no século XX com a chamada modernização conservadora e a Revolução Verde, pois o processo de modernização da estrutura produtiva da agroindústria canavieira deve ser inserido num processo maior que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX, e que propiciou uma maior concentração de terra e renda, provocando uma hegemonia do capital no campo que reduz o uso social da terra a apenas um agronegócio.

6.2 Modernização conservadora: a Revolução Verde



Para saber mais sobre a Revolução Verde acesse: <http://www.oeco.com.br/carlos-gabaglia-penna/88-carlos-gabaglia-penna/21480-a-revolucao-verde-e-insustentavel>

O termo modernização conservadora designa uma característica de um processo de modernidade que não altera a estrutura da desigualdade, isto é, por mais que se modernizem as estruturas produtivas (a base material, a produção do conhecimento e o suporte legal) não se alteram na mesma proporção e até mesmo em alguns casos aumentam, as desigualdades sociais.

O caso clássico é a Revolução Verde.

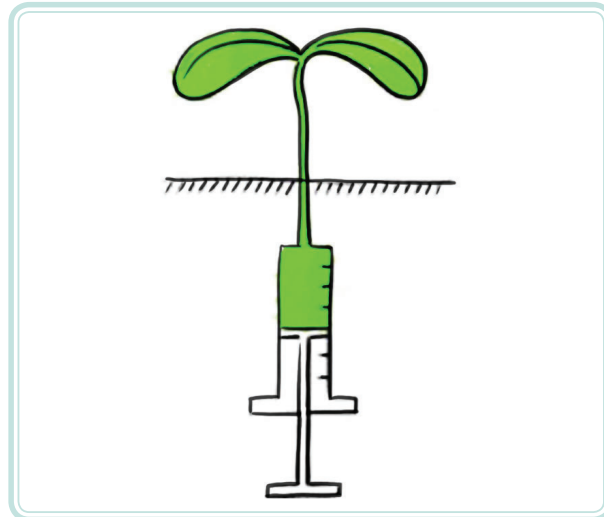


Figura 6.1: A Revolução Verde

Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml

O termo Revolução Verde foi cunhado na década de 1960 como estratégia de marketing do grupo *Rockefeller*. Utilizando-se do discurso ideológico de que o aumento da produção de alimentos acabaria com a fome no mundo, o grupo expandiu seus negócios com a venda de insumos agrícolas para países em desenvolvimento como México, Índia e Brasil.



Figura 6.2: Utilização de máquina e insumos agrícolas

Fonte: <http://www.brasilecola.com/geografia/revolucao-verde.htm>

Em nosso país essa “revolução” se traduziu em pacotes como mecanização do campo, produtos agroquímicos e sementes modificadas geneticamente, que modernizaram a produção agrícola e, realmente, aumentaram a produtividade, mas conservaram, e em alguns casos até aumentaram, a desigualdade no campo e a degradação ambiental.

A promessa de acabar com a fome nunca foi cumprida, pois, pela lógica do capital, o aumento da produção nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento estava destinado a suprir os interesses dos países ricos do hemisfério norte (EUA, Europa e Japão) e não em erradicar a fome no mundo.



Assista ao vídeo Revolução Verde. Acesse: http://www.youtube.com/watch?v=xsgwb_nq9m8&feature=fvsr



Figura 6.3: A fome na África

Fone: <http://jacksonangelo.blogspot.com/2009/05/imagens-de-pessoas-famintas.html>



Depois de ver o vídeo Fome no Mundo, pense, é possível acabar com a fome? Para assistir ao vídeo acesse:
<http://www.youtube.com/watch?v=glh1hbflvjy&feature=related>

O relatório elaborado pela FAO, a agência da ONU para alimentação e agricultura, afirma que mais de 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo.

Além disso, o processo de modernização no campo alterou a estrutura agrária. Os pequenos produtores que não atingiram produtividade suficiente para se manter na atividade, ficaram muito endividados, sendo forçados a vender suas terras para quitar as dívidas.

Na agroindústria canavieira, este processo de modernização não foi muito diferente.

6.3 A concentração fundiária e de renda na agroindústria sucroalcooleira

Como vimos a concentração fundiária, isto é, de terras, está na origem da agroindústria canavieira. Infelizmente esse processo não se modificou muito nas últimas décadas. Em São Paulo, maior produtor do Brasil, 18 grupos controlam quase toda a produção. Desses, 7 controlam 38% da renda líquida do setor em nível nacional. A Copersucar, que possui cerca de 38 usinas associadas, anunciou que teve faturamento, na safra de 2008/2009, de R\$ 4,86 bilhões. Prevê para safra 2009/2010, crescimento de 16,4% em relação à safra anterior, e faturamento de R\$ 6,61 bilhões.

As usinas do setor sucroalcooleiro são empreendimentos empresariais que congregam tanto a produção de cana como a sua transformação, ou seja, há uma “**integração vertical**”. Assim, para essas empresas, a terra só tem valor, como elemento de reprodutividade do capital. Logo há uma excessiva concentração de renda.

Por mais que boa parte da produção ocorra com base na prática do arrendamento de áreas, isso pouco modifica a lógica da reprodução do capital e da concentração de renda, pois na maior parte dos casos, os acordos são fechados com proprietários e/ou produtores maiores e capitalizados. Assim, tais características implicam a exclusão e a redução de fornecedores/produtores autônomos, o que perpetua a apropriação concentrada da renda gerada pelo agronegócio da cana.

A-Z

integração vertical

estratégia de gestão que ocorre quando uma única empresa domina várias etapas de um setor produtivo, ou quando um grupo de empresas se reúnem para dominar um setor produtivo.

É certo que dificilmente se pode conter a expansão do setor canavieiro, mas é pelo menos necessário regulamentar formas mais democráticas de expansão, evitando-se a aquisição de terras pelas usinas/destilarias e seus proprietários, assim como se estimulando alternativas que viabilizem uma exploração (lucrativa) a ser feita pelos proprietários/produtores menores e/ou menos capitalizados.

6.4 A modernização da agroindústria canvieira



Figura 6.4: Usina de Açúcar e Álcool Santa Luzia

Fonte: <http://www.portalms.com.br/noticias/andre-inaugura-usina-de-acucar-e-alcool-em-nova-alvorada-do-sul-nesta-quarta/nova-alvorada-do-sul/economia/959563025.html>

A agroindústria canvieira, na mesma linha da modernização conservadora, intensificou seu processo de mecanização e implementação tecnológica por volta dos anos 60 do século XX e começou a ter forte expansão econômica. A crise do petróleo na década de 1970 e, depois o crescimento das exportações de açúcar em 1990, como também na atualidade, o forte discurso de novas fontes de energia de biomassas, fizeram a produção de cana-de-açúcar ocupar grande destaque na agroindústria brasileira.

Tabela 6.1: Produtividade brasileira de cana-de-açúcar de 1987 a 2008

| Ano | Área plantada (milhões de ha) | Área colhida (milhões de ha) | Produção (milhões de t) | Rendimento (t/ha) |
|------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------|-------------------|
| 1987 | 4,35 | 4,31 | 268,58 | 62,31 |
| 1988 | 4,15 | 4,12 | 258,45 | 62,78 |
| 1989 | 4,01 | 4,07 | 252,29 | 62,02 |
| 1990 | 4,29 | 4,27 | 262,60 | 61,49 |
| 1991 | 4,24 | 4,21 | 260,84 | 61,94 |
| 1992 | 4,20 | 4,20 | 271,43 | 64,61 |
| 1993 | 3,97 | 3,86 | 244,30 | 63,24 |
| 1994 | 4,36 | 4,34 | 292,07 | 67,23 |
| 1995 | 4,62 | 4,57 | 303,56 | 66,49 |
| 1996 | 4,90 | 4,83 | 325,93 | 67,52 |
| 1997 | 4,95 | 4,86 | 337,20 | 69,10 |
| 1998 | 5,00 | 4,97 | 338,97 | 68,18 |
| 1999 | 4,86 | 4,85 | 331,71 | 68,41 |
| 2000 | 4,82 | 4,82 | 325,33 | 67,51 |
| 2001 | 5,02 | 4,96 | 344,28 | 69,44 |
| 2002 | 5,21 | 5,10 | 363,72 | 71,31 |
| 2003 | 5,38 | 5,37 | 389,85 | 72,58 |
| 2004 | 5,57 | 5,63 | 416,26 | 73,88 |
| 2005 | 5,62 | 5,76 | 419,56 | 72,83 |
| 2006 | 7,04 | 6,19 | 457,98 | 74,05 |
| 2007 | 7,85 | 6,71 | 514,08 | 76,60 |
| 2008 | 8,92 | 8,14 | 648,85 | 77,52 |

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2008) - http://www.agência.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acúcar/arvore/CONTAG01_66_711200516719.html

Políticas governamentais a partir da década 1970, como o Pró-Álcool, empurraram a expansão do setor financiando vários projetos de implantação de usinas de açúcar e álcool e pesquisas técnico-científicas na área.

Assim, fruto de políticas governamentais de financiamento e pesquisa, como também da atratividade do setor para a reprodução ampliada do capital, todas as fases de produção (preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita) passaram por um processo de modernização com a mecanização, utilização de defensivos agrícolas e introdução de novas variedades de cana modificadas geneticamente.

Na década de 1980, com o início da desregulamentação da economia sucroalcooleira, as empresas começaram a colocar em prática um processo de reestruturação produtiva, orientada, principalmente, pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de novas tecnologias de produção e de organização inspirado no chamado modelo japonês da qualidade total.

Resumo

Vimos nesta aula que, infelizmente, a modernização das atividades no campo (Revolução Verde), e, especialmente, do setor sucroalcooleiro, não têm significado na mesma proporção uma melhor igualdade social e econômica. Como a organização deste setor é construída dentro da lógica do capital ele só pode buscar a produção e a reprodução ampliada do capital e a exploração do trabalhador e dos recursos naturais.

Atividades de aprendizagem



1. Identifique os fatores que contribuíram para o aumento da produtividade na agroindústria de cana-de-açúcar no Brasil.
2. Que relações se podem estabelecer entre a Revolução Verde e a agroindústria sucroalcooleira?
3. Há relação entre a Revolução Verde e a fome no mundo? Qual?
4. Por que a agroindústria sucroalcooleira vem provocando desigualdade no campo?

Aula 7 – As relações de trabalho e as questões ambientais na agroindústria canavieira

Objetivos

Compreender as relações de trabalho do setor agroindustrial canavieiro como elemento da relação capital/trabalho.

Identificar os traços básicos da precarização e flexibilização das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro.

Perceber como a dinâmica do capital na expansão sucroalcooleira impacta o ambiente.

7.1 Apresentação: trabalho e meio-ambiente

Bom, aqui chegamos ao fim. Para terminar nossas aulas vamos estudar as consequências das atividades agroindustriais do setor sucroalcooleiro para o meio ambiente e, sobretudo, para o mundo do trabalho.

O cultivo da cana-de-açúcar avança de maneira forte e rápida por várias regiões do país. Isso acontece talvez por causa da legislação ambiental mais rígida no estado de São Paulo, ou em função do barateamento no custo de produção, fruto da flexibilização das relações de trabalho e do avanço tecnológico. Enfim este avanço pode e tem provocado questões que merecem nossa reflexão.

7.2 O capital e a desumanização do trabalho

No decorrer de nossos estudos estamos percebendo que o capital vem operando o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as suas necessidades de reprodução. Isto é, na sociedade capitalista, cada vez mais a produção não tem finalidade de humanizar a natureza e, ao mesmo tempo humanizar o homem, muito pelo contrário, na lógica do capital, a produção tem fim apenas de reproduzir o próprio capital e aumentar a lucratividade.



Figura 7.1: Dia do trabalho sobre o trabalhador

Fonte: <http://almanaquedobem.com/tag/brasil/>

Desse modo, ao contrário do que se diz, quanto mais aumentam a competição e a concorrência (o discurso da competitividade) intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a precarização das relações de trabalho e a degradação crescente do meio ambiente.

A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento exagerado do exército industrial de reserva, ou seja, do número de desempregados.

Esse processo no Brasil se inicia com a modernização da agricultura que nos anos 60 provocou um grande êxodo rural, criando um excedente de mão-de-obra que vivia nas periferias das cidades e se empregava de forma sazonal em atividades desqualificadas e de baixa remuneração. No entanto, hoje vivemos a era do desemprego estrutural.

A Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul assinala que a marca dos anos 90, do século XX, foi o desemprego e o crescimento da informalidade. Nessa década houve uma queda de mais de 3,1 milhões de postos de trabalho no Brasil. O emprego com carteira de trabalho caiu 53,8%. Segundo o IBGE, só entre 1995-96 mais de 1 milhão de pessoas ficaram sem emprego. Segundo o Dieese, em 1999 o desemprego em São Paulo, maior cidade do Brasil, era de 19,7%.

Essa estratégia neoliberal de criar enormes contingentes de desempregados (desemprego estrutural) é fundamental para gerar as condições políticas e ideológicas para a extração de **super lucros** e um maior controle sobre o trabalhador. Mais desemprego significa diminuição real dos salários e substancial enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e dos sindicatos. As greves em muitos países (inclusive no Brasil) não são como eram outrora, não são mais por aumento de salários e melhores condições de trabalho. Muitas se limitam a brigar pela não diminuição de postos de trabalho.

A-Z

super lucro

ou lucro extraordinário é simplesmente o lucro acima do lucro médio, ele tanto pode surgir da mais-valia extra quanto de preços de mercado acima dos custos de produção. Ele é um lucro extraordinário de produção.

Outra estratégia de passivização dos trabalhadores, com o objetivo de diluir sua identidade de classe, é o discurso da qualificação para gerar condições de empregabilidade. Assim, a situação de desemprego é explicada pela ausência de qualificação dos trabalhadores – e até por má vontade, inaptidão ou preguiça – e não por uma condição estrutural do capitalismo na qual não há emprego para todos.

Conforme defende Ricardo Antunes (2006), a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho precarizadas, terceirizadas, etc.

Destaca que nos setores produtivos com maior incremento tecnológico dá-se uma exploração mais intensa e sofisticada da força de trabalho, que necessita ser multifuncional, polivalente e participativa.



Figura 7.2: Satirização do novo trabalhador toyotista no setor de serviços: polivalente, multifuncional e participativo

Fonte: <http://misshalliday.files.wordpress.com/2009/07/trabalho.jpg>

Assim, a readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo acarretou alterações no papel do trabalho, que passou a exigir trabalhadores mais qualificados e dispostos a assimilar as inovações e a flexibilização.

Um dos fatores que assegurou a competitividade foi a redução dos custos e a crescente exploração do trabalho que culminou numa desenfreada ofensiva do capital sobre os trabalhadores, tendo como suporte jurídico-político o Estado que, omissivo, em relação aos interesses nacionais, criou as condições para a desregulamentação das leis trabalhistas, possibilitando novos contornos para a relação capital x trabalho.

Na verdade, desde a adoção do Plano Real, no governo FHC, vêm ocorrendo modificações na legislação trabalhista no Brasil: trabalho por tempo determinado e banco de horas. Hoje já vivemos claramente a realidade da terceirização, do subemprego, do trabalho temporário, do trabalho precário e do subcontratado.

Nesse contexto geral de reestruturação produtiva e avanço da precariedade das relações de trabalho está também imersa a **classe-que-vive-do-trabalho** do setor sucroalcooleiro.

A-Z

classe-que-vive-do-trabalho

esta noção engloba tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho e, naturalmente, os que estão desempregados pela vigência da lógica destrutiva do capital.

7.3 As relações de trabalho no setor sucroalcooleiro: da precariedade à flexibilização

Desde sua origem as relações de trabalho na agroindústria canavieira são marcadas pela precarização e exploração do trabalhador. A escravidão oficialmente findou-se no século XIX, porém junto com ela, infelizmente, não cessou a exploração sobre a classe-que-vive-do-trabalho. Aliás, nem o trabalho escravo deixou completamente de existir, pois não raramente ouvimos denúncias nos meios de comunicação sobre essa prática.

A-Z

boia-fria

forma coloquial de se referir a uma classe de trabalhadores agrícolas que trabalham em diversas lavouras, mas não possuem suas próprias terras. O termo surgiu do costume destes trabalhadores de levar uma marmitta consigo logo cedo e, na hora do almoço, comê-la fria.

Mas, no contexto da modernização produtiva os mecanismos de exploração se complexificam, ora mantendo tradicionais formas de extração da mais-valia, ora apresentando formas mais sofisticadas com a utilização de adaptações das técnicas fordistas e toyotistas.

Uma das formas de exploração mais tradicionais no setor sucroalcooleiro é o **boia-fria**. Ele é resultante da miserabilidade social que conduz o trabalhador

não tecnicificado, a se submeter a trabalhos de assalariamento temporários e, muitas vezes, sem condições mínimas de seguridade social. Por mais que a Constituição Federal de 1988 assegure a igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais (FGTS, INSS e Seguro Desemprego), os empregadores encontraram a saída dos encargos sociais pela realização de contratos temporários, prestação de serviços, entre outros.



Figura 7.3: Boia-fria

Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/boias-frias/>

Desse modo, o que se percebe é que as mesmas práticas utilizadas pela indústria fabril vêm sendo utilizadas na agroindústria da cana. Isto se verifica na grande utilização de contratos temporários, no emprego de máquinas e na redução da mão-de-obra e ainda na terceirização da contratação dos trabalhadores com os chamados intermediários.

Em muitos casos a modernização do setor sucroalcooleiro não tem significado melhorias para o trabalhador, mas gera o aumento da lucratividade do setor. O progresso científico-tecnológico que deveria proporcionar tempo disponível para o ser humano, no entanto, ao ser utilizado pelo sistema produtor de mercadorias, tende a submeter o homem ao tempo da máquina, fazendo com que ele trabalhe mais em menos tempo. Exemplo disso dá-se quando na implementação da mecanização do plantio da cana, em que houve uma intensificação da jornada e do ritmo de trabalho. O uso de caminhões e tratores aumenta o ritmo da atividade. Alguns trabalhadores, em cima dos caminhões, arremessam canas ao solo, outros vêm correndo atrás dos caminhões, cortam a cana e as colocam no sulco aberto na preparação do solo, depois são cobertos e adubados pelo trator que vem logo em seguida. O trabalho é estafante.

Outro exemplo se dá nas fases dos tratos culturais, em que podemos destacar a capina. Em muitas lavouras, a capina manual vem sendo substituída pela capina química. Um dos maiores problemas desse procedimento é que a exposição aos herbicidas é prejudicial à saúde. Na maioria das vezes, as usinas compram EPI (Equipamento de Proteção Individual) em pouca quantidade ou com baixa qualidade. Há casos de trabalhadores que compram seus equipamentos de proteção e há, inclusive, situações em que não há a utilização de equipamento algum, pois como a capina é feita por produtividade induz os trabalhadores à não utilização do EPI, alegando que os mesmos limitam os movimentos e reduzem a produtividade.



Assista ao vídeo A condição dos cortadores de cana. Acesse: <http://www.youtube.com/watch?v=qJ5utApbewc&feature=related>

O corte da cana era feito de forma manual e crua até 1950; a partir de 1960 passou-se a utilizar a queimada para o aumento da produtividade. Já em 1980 surgiu o corte mecanizado. Este advento teve duas consequências para a classe-que-vive-do-trabalho no setor sucroalcooleiro. A primeira foi que, com o avanço da mecanização, o trabalhador do corte que tem seu salário por produção teve que aumentar sua produtividade. Mais que um trabalhador multifuncional (que trabalha no plantio, no trato, na bituca e no corte) exige-se que seja também mais produtivo.



Figura 7.4: Lourival Máximo da Fonseca, 27 anos, considerado um bom colhedor pelos companheiros. Corta 18 toneladas de cana queimada ou 8 de cana crua por dia

Fonte: <http://www.reporterbrasil.com.br/reportagens/engenho/engenho.pdf>

Em muitos casos, a mecanização também tem significado o desemprego estrutural. Devemos lembrar que a instabilidade em relação ao emprego e à geração de um grande contingente de desempregados vem contribuindo para a diminuição do valor dos salários reais.

A seguir, temos os dados mais atuais dos salários médios dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

Tabela 7.1: Total de trabalhadores e salário médio por atividade no setor sucroalcooleiro, Brasil – 2005

| Atividades de Emprego | Nº trabalhadores | Renda Média |
|---------------------------|------------------|-------------|
| Cultivo de cana-de-açúcar | 155.043 | R\$ 670,27 |
| Usinas de açúcar | 228.930 | R\$ 755,35 |
| Produção de álcool | 60.180 | R\$ 806,63 |

Fonte: Rais 2005. Elaboração: DIEESE-GO
http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1947estpesq30_setorSucroalcooleiro.pdf



Figura 7.5: Corte mecânico de cana na Companhia Energética Santa Elisa

Fonte: <http://www.reporterbrasil.com.br/reportagens/engenho/engenho.pdf>

Além disso, a mecanização do corte tem levado a alienação do trabalhador, pois com o surgimento de novas divisões no processo produtivo, cria a noção de “classe” de trabalhadores melhores (tratoristas, operadores de máquinas, motoristas, técnicos em manutenção, técnicos de produção), reforçando a alienação e a segmentação entre os trabalhadores. Eles não se reconhecem mais como uma única categoria, como uma única classe-que-vive-do-trabalho. Esta é a nova estratégia do capital, aumenta os salários e dá melhores condições de trabalho a alguns para enfraquecer a classe como um todo.

7.4 O impacto ambiental da produção sucroalcooleira

Como vimos, o processo de modernização da agroindústria sucroalcooleira proporcionou grande aumento de produtividade, todavia, juntamente a isso tivemos grandes impactos ambientais.

Resumidamente, podemos dizer que os impactos da agroindústria sucroalcooleira sobre o meio ambiente podem ser divididos em agrícolas e industriais.

7.4.1 Na fase agrícola destacam-se:

- Queima da cana no período de colheita que provoca grandes emissões de fuligem e gases que aumentam o efeito estufa.
- Diminuição da biodiversidade em detrimento da monocultura da cana-de-açúcar.
- Utilização de agrotóxicos, adubos químicos e herbicidas que provocam contaminação das águas superficiais e subterrâneas e também do solo.
- Compactação do solo através do tráfego de máquinas pesadas durante o plantio, os tratos culturais e a colheita.
- Assoreamento de corpos d'água devido à erosão do solo em áreas de renovação de lavoura.

7.4.2 Na fase industrial podem-se relacionar:

- A geração de resíduos potencialmente poluidores como a vinhaça e a torta de filtro.
- A utilização intensiva de água para o processamento industrial da cana-de-açúcar.
- O forte odor gerado na fase de fermentação e destilação do caldo para a produção de álcool.

Resumo

É certo que a atividade sucroalcooleira tem sua importância para a economia brasileira. Todavia, isto não pode significar que práticas do passado se perpetuem e se reproduzam na sociedade contemporânea. Como percebemos em nossos estudos muitas das práticas de organização da produção de modelo Fordista e Toyotista (e às vezes até escravista) têm sido empregadas para melhor explorar a força de trabalho. Além disso, esta atividade agro-industrial (baseada na monocultura, utilização de produtos químicos, mecanização...) tem provocado forte impacto nos recursos naturais.

Atividades de aprendizagem



1. Quais são as práticas do Toyotismo que estão sendo inseridas no setor sucroalcooleiro?
2. Como a mecanização das atividades do setor sucroalcooleiro impactaram as relações de trabalho?
3. Além dos já listados impactos ambientais que o setor sucroalcooleiro provoca, indique outros.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez Editora/Editora Unicamp, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

CARTES, Omar. **História do Trabalho**. Disponível em: <http://www.guatimozin.org.br/artigos/hist_trabalho.htm>. Acesso em: 25 jan. 2010.

CARVALHO, Josiane Fernandes de. **A Agroindústria Canavieira e as Relações de Trabalho no Campo**: apontamentos sobre o assalariamento rural na mesorregião noroeste Paranaense. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/agroindustria-canavieira-JosianeCarvalho.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A Civilização do Açúcar**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: 1999.

IAMAMOTO, Edward et al. **O Fim dos Empregos**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~is/ddt/mac333/projetos/fim-dos-empregos/empregoEtrabalho.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravismo Antigo**. São Paulo: Atual, 1994.

MARK, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital**. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Omega, 1977. 3 v.

_____. **O Capital**. Ed. Rio de Janeiro, 1971. 1 v.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História, das Cavernas ao Terceiro Milênio**. São Paulo: Moderna, 2005.

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob Fogo Cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

QUINTANEIRO, Tânia et al. **Um Toque de Clássicos**. Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego, Diagnósticos e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

VIAN, Carlos Eduardo et al. **Progresso Técnico, Relações de Trabalho e Questões Ambientais na Agroindústria Canavieira**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/834.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

Currículo do professor-autor

Luciano dos Santos é professor do Instituto Federal de Goiás no Campus Inhumas, onde trabalha com disciplinas de História, Sociologia do Trabalho e Epistemologia da Ciência. É graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. É membro fundador do Nepeinter (Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares) e pesquisador associado do Núcleo de Estudos e Pesquisa Educação Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Atualmente desenvolve pesquisas e orientações sobre Interdisciplinaridade e Ensino de Ciências, bem como na área de Educação e Trabalho.



